

SOLUÇÃO DAS PENDÊNCIAS DA PETROS

Petrobrás continua enrolando. FUP exige cumprimento do Acordo Coletivo

Passados mais de 30 dos 45 dias de prorrogação requisitados pela Petrobrás para concluir a negociação das pendências da Petros, nenhuma reunião foi agendada até o momento pela companhia. Os questionamentos e proposições feitos pela FUP em relação à proposta apresentada pela empresa no dia 03 de fevereiro continuam sem resposta. A Federação tem constantemente cobrado a retomada do processo de negociação, mas a Petrobrás continua fingindo-se de surda. A empresa tem menos de quinze dias para cumprir o novo prazo reivindicado, o qual deveria estar sendo utilizado para garantir os avanços necessários na negociação das pendências

da Petros. Principalmente no que diz respeito às mudanças propostas pela Federação para o novo modelo de previdência complementar apresentado pela companhia.

A Petrobrás teve tempo mais do que suficiente para avaliar as propostas da FUP e dar andamento ao processo de negociação. Contatos feitos junto ao governo comprovam que não há impedimento algum neste sentido, pois o Conselho de Administração da empresa não se opôs ao prosseguimento da negociação, nem em relação à busca de avanços para o Plano Petros 2.

Portanto, o que está faltando para a Petrobrás resolver de vez esta questão? É a credibilidade da empresa que está

em jogo, pois os trabalhadores não irão admitir o descumprimento do Acordo Coletivo. Ou será que os dirigentes da companhia esqueceram que o seu compromisso em solucionar as pendências da Petros está pactuado no Acordo?

A FUP e os sindicatos, por sua vez, continuarão discutindo as propostas da empresa e do movimento sindical, como ocorreu no seminário nacional realizado entre 17 e 19 de fevereiro em Belo Horizonte. A Federação continua acreditando no processo de negociação, cujo resultado final será encaminhado aos fóruns deliberativos da categoria para que possa ser amplamente debatido e democraticamente decidido.

Negociação permanente

Demandas do Acordo Coletivo na agenda das Comissões

Com a validade de dois anos do Acordo Coletivo de Trabalho, as comissões previstas no ACT ganham uma importância ainda maior na busca de solução para as demandas da categoria. A FUP e os sindicatos participaram esta semana de reuniões das comissões de SMS, Regimes e Acompanhamento do ACT. Nos dias 13 e 14, reúnem-se as comissões de Terceirização e AMS, respectivamente.

Regimes de Trabalho

A FUP cobrou da Petrobrás providências urgentes quanto ao descumprimento de jornada de trabalho na Bacia de Campos, onde alguns trabalhadores sendo submetidos à escala 15x27. A denúncia foi feita na reunião da Comissão de Regimes, no último dia 09. A empresa propôs agendar uma reunião entre o RH do E&P, gerentes gerais da Bacia de Cam-

pos e o Sindipetro-NF para discutir e resolver este problema. A FUP também iniciou a discussão sobre as distorções geradas pelo dia de desembarque no offshore. A empresa se comprometeu na campanha reivindicatória a buscar uma solução para esta questão. O dia de desembarque continua sendo considerado como folga, independente do horário em que seja feito, o que acaba prejudicando os trabalhadores.

Acompanhamento do ACT

Na reunião da Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo, ocorrida nesta sexta (10), a FUP cobrou a conclusão dos trabalhos sobre efetivo realizados na Repar e no E&P-RN, em atendimento ao ACT 2004/2005. A Federação voltou a destacar a importância de se estender o trabalho para todas as unidades do Sistema Petrobrás, com participação

da FUP e sindicatos nos fóruns de discussão dos efetivos. Esta reivindicação começou a ser discutida mais amplamente com a Petrobrás, conforme compromisso assumido pela empresa na campanha reivindicatória.

Benefício educacional - Este foi outro ponto tratado na reunião. A FUP cobrou avanços da empresa no sentido de estender o benefício para o nível superior, conforme reivindicação das últimas pautas apresentadas à Petrobrás. Também foi cobrado que a empresa disponibilize para os trabalhadores e a FUP todos os convênios educacionais feitos pela companhia com instituições de ensino, inclusive os de nível superior. A FUP quer saber a abrangência destes convênios e o universo de beneficiados entre os trabalhadores próprios, seus dependentes e trabalhadores terceirizados.

Continua no verso...

FUP cobra mais ação e transparência na política de segurança e nos processos de aposentadoria especial

A ineficiência da política de segurança da Petrobrás e a falta de transparência da empresa em relação aos processos de aposentadoria especial foram os principais questionamentos da FUP na reunião da Comissão de SMS, ocorrida no último dia 08. A Federação cobrou os dados e relatórios de acidentes de trabalho e as ações que a companhia tem desenvolvido para atender às recomendações de segurança.

A Petrobrás informou a ocorrência de 15 acidentes fatais em 2005 e três, este ano - todos com petroleiros terceirizados, sendo que quatro deles em unidades internacionais. A FUP condenou veementemente os índices apresentados pela empresa, cobrando igualdade de condições de trabalho e segurança para os trabalhadores terceirizados, inclusive os que atuam no exterior.

A Federação mais uma vez deixou claro que é preciso mudanças urgentes na política de segurança da Petrobrás, com ações contundentes que atendam as reivindicações dos trabalhadores. Além disso, a companhia deve ter uma política integrada de SMS, voltada também para as unidades internacionais. Apesar dos altos investimentos, os atuais programas de prevenção de acidentes - como o recém-lançado "100% SMS", da área de Abastecimento - acabam tornando-se ineficientes, pois

Ato nacional dia 15 lembrará cinco anos do acidente com a P-36

Os onze petroleiros que perderam a vida no acidente com a P-36 jamais serão esquecidos pela categoria. O afundamento da maior plataforma da Petrobrás trouxe à tona a ineficiência da política de segurança da companhia. No dia 15, quando o acidente completa cinco anos, a FUP está indicando aos sindicatos que façam atos políticos, exigindo um basta aos acidentes e condições dignas de trabalho e segurança para todos os petroleiros.

não atendem às demandas da categoria. Além de serem baseados no ultrapassado enfoque comportamental, não são sequer discutidos com os trabalhadores, fugindo totalmente à realidade do chão de fábrica.

A Petrobrás respondeu aos questionamentos da FUP, informando que o contrato com a Du Pont não será renovado e que apresentará os relatórios das análises de acidentes na próxima reunião da Comissão, que acontecerá ainda este mês. A Federação quer saber que ações a empresa tem implementado para cumprir as recomendações feitas pelas comissões de investigação.

Aposentadoria Especial - Na campanha reivindicatória, a Petrobrás assumiu o compromisso de priorizar na Comissão de SMS as questões relacionadas à aposentadoria especial. No entanto, a empresa continua sem divulgar os PPPs e ainda não esclareceu que critérios estão sendo adotados para o enquadramento da aposentadoria. Na reunião da Comissão, a Petrobrás limitou-se a divulgar que atualmente recolhe o benefício para cerca de 2.700 trabalhadores, sem, no entanto, especificar as unidades. A Federação exigiu transparência e empenho da empresa em resolver as pendências da aposentadoria especial. Os petroleiros exigem que a Petrobrás implemente de vez as mudanças ocorridas na legislação.

Campanha nacional cobra da Petrobrás a divulgação dos PPPs

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que deve apresentar o histórico de saúde do trabalhador, é essencial para o enquadramento da aposentadoria especial. Todos devem ter acesso a esses dados, o que não tem ocorrido na Petrobrás. Por isso, a FUP e os sindicatos estão lançando uma campanha nacional para que os petroleiros cobrem anualmente os seus PPPs. É obrigação da empresa disponibilizar essas informações aos trabalhadores.

FIQUE DE OLHO

Manguinhos: Novas demissões e nenhuma perspectiva

Passados sete meses desde que Manguinhos suspendeu as atividades de refino, os petroleiros continuam sem acordo coletivo e diariamente pressionados a deixarem a refinaria. Do efetivo de 300 trabalhadores, 160 foram demitidos. No início deste mês, 18 funcionários de empresas contradas perderam seus postos de trabalho na refinaria. Os petroleiros que permanecem empregados sofrem com a total falta de perspectiva, sem a garantia de um acordo de trabalho e com salários congelados há dois anos. Os aposentados já tiveram a cesta básica cortada e só terão assitência médica garantida até abril. Por sua vez, a Repsol/YPF, controladora da refinaria, alcançou em 2005 um lucro histórico de 3,7 bilhões de dólares, resultado 29% superior ao de 2004.

Reflexões no Dia Internacional da Mulher

As diversas atividades e mobilizações realizadas no dia 08, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, mais uma vez focaram a necessidade de ampliação dos direitos da mulher no mundo do trabalho e na sociedade de uma forma geral. Continua latente a urgência de avanços nas políticas públicas que buscam a igualdade de direitos e o combate à violência. A mulher brasileira, apesar de em muitos casos ter uma formação acadêmica maior do que a dos homens, continua com salários 30% inferiores, além de serem discriminadas na construção de suas carreiras. Isso sem falar dos casos ainda frequentes de assédios sexual e moral. A violência doméstica, o direito ao aborto e a discriminação ainda maior que vive a mulher negra são questões que devem estar na ordem do dia dos governantes, parlamentares e dirigentes sindicais. A Fundação Perseu Abramo tem uma série de estudos e pesquisas referentes à atuação da mulher brasileira nos espaços públicos e privados. Vale conferir os artigos e publicações que estão disponíveis na internet, acessando www.fpa.org.br/noticias/mulher_2006.htm